



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

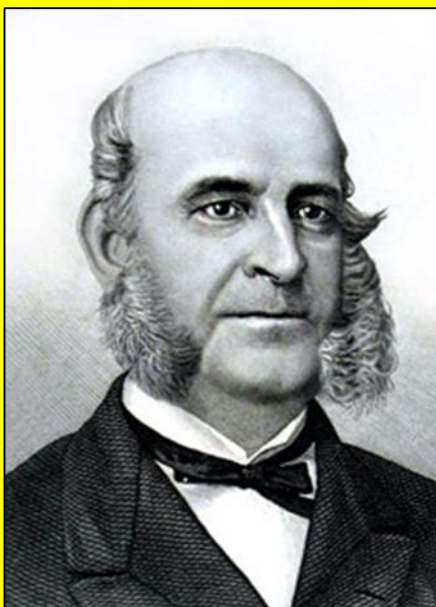
2026 - 7 de março

520 anos da confirmação e aprovação do Tratado de Tordesilhas – 500 anos da descoberta do Rio São Francisco – 470 anos da morte de Santo Ignácio de Loyola – 410 anos da fundação do Forte do Presépio, futura Santa Maria de Belém do Grão Pará – 400 anos da travessia do Rio Uruguai pelo padre Roque Gonzalez de Santa Cruz – 350 anos da instalação do Bispado do Rio de Janeiro – 350 anos do início da fundação de Laguna, hoje SC – 330 anos da fundação da Escola de Artilharia e Arquitetura Militar em Salvador – 300 anos da fundação da Ilha do Desterro, hoje Florianópolis e de Fortaleza, CE – 250 anos da retomada da Vila de Rio Grande aos espanhóis – 230 anos do 2º Tratado de Santo Ildefonso – 220 anos do Bloqueio Continental imposto por Napoleão – 210 anos da Campanha da Cisplatina – 200 ano do falecimento da Imperatriz Dona Leopoldina – 190 anos da Proclamação da República Riograndense – 170 anos da mudança de nome da cidade de Barra do Rio Negro para Manaus – 160 anos da invasão do Paraguai pela Tríplice Aliança, Batalha de Tuiuti e morte de Antônio de Sampaio – 140 anos de falecimento de Mallet – 120 anos da reformulação das FA e da regulamentação do Serviço Militar Obrigatório – 110 anos do final da Guerra do Contestado – 80 anos da Primeira Assembleia Geral da ONU.

2026

Março

Nº 501



***JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS
- VISCONDE DO RIO BRANCO -***

Biografia – Academia Brasileira de Letras

Fonte: <https://share.google/1Do7rPBpk48MFQzVT>

José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, nasceu na cidade de Salvador, Bahia, a 16 de março de 1819, ainda durante o reinado de D. João VI.

Era filho de Agostinho da Silva Paranhos e de Josefa Emerenciana Barreiro Paranhos. Órfão ainda jovem, foi criado pelo tio materno, o coronel de engenheiros Eusébio Gomes Barreiros, que financiou seus estudos no Rio de Janeiro. Faleceu no Rio de Janeiro a 1º de novembro de 1880. É o patrono da cadeira nº 40 da Academia Brasileira de Letras, por escolha do fundador Eduardo Prado.

Frequentou, na juventude, a Escola Naval e a Escola Militar, diplomando-se em ciências matemáticas. Na última, lecionou como professor substituto e catedrático quando da organização da Escola Central, denominada posteriormente Escola Politécnica. Colaborou na imprensa política e literária de seu tempo, nos jornais *O Novo Tempo*, *Correio Mercantil*, *Jornal do Comércio* e *O Maribondo*.

Sua carreira começou na imprensa, colaborando como redator nos jornais *Correio Mercantil*, *O Maribondo*, *Jornal do Commercio* e *O Novo Tempo*, onde ficou conhecido por seus textos incisivos e críticas à ditadura de Rosas, na Argentina. Eleito deputado provincial pelo Rio de Janeiro em 1845 e deputado geral no ano seguinte, iniciou uma longa trajetória política marcada por equilíbrio entre reformas e preservação das instituições. Foi presidente da Província do Rio de Janeiro entre 1850 e 1852 e ocupou os ministérios da Marinha, dos Estrangeiros e da Fazenda em diversos gabinetes imperiais (FIRJAN).

Teve grande atuação na política e na diplomacia. Exerceu as funções de secretário na missão especial no Rio da Prata, sob as ordens do Marquês de Paraná (1851) e, depois, ministro residente, chefe de legação e enviado especial em missões nas repúblicas da Argentina, do Uruguai e Paraguai.

Na política interna do Império foi deputado provincial pelo Rio de Janeiro, deputado geral em várias legislaturas, presidente de Província, ministro dos Negócios Estrangeiros, da Marinha, da Guerra e da Fazenda. Presidente do Conselho de Ministros - de 7 de março de 1871 a 26 de junho de 1875 - agitado período do Segundo Reinado em que lhe coube sancionar a Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871) e enfrentar a questão episcopo-maçônica nos anos de 1873/1874. Na ocasião já era senador pela província de Mato Grosso.

Coube-lhe a incumbência de organizar o Governo Provisório do Paraguai, após a conclusão da guerra, em 1869/1870.

Presidiu várias sociedades e academias, inclusive a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional - onde fora fundado, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual ingressaria em 29 de outubro de 1847 como sócio correspondente.

O Visconde do Rio Branco, por força das funções diversas que exerceu, deixou alguns escritos de significativo valor documental, a começar pelas famosas

- *Cartas ao Amigo Ausente*, publicadas em folhetim pelo *Jornal do Comércio*;
- *Projeto de Código Criminal Militar*, em colaboração com o Dr. Tomás Alves Júnior e o coronel Antônio Pedro Alencastro;
- *A Convenção de 20 de fevereiro demonstrada à luz dos debates do Senado e dos sucessos de Uruguiana* (1865); e
- *O Tratado de 27 de março de 1867* (1871), além de discursos e relatórios elaborados em decorrência dos importantes cargos e funções públicas que exerceu, sobretudo os referentes à reforma do elemento servil e à Questão Religiosa. Neste particular não se deve deixar de mencionar que o visconde do Rio Branco presidiu, na condição de Grão-Mestre, o Grande Oriente do Brasil. Foi pai do Barão do Rio Branco, que levava seu nome e título.

Nota do Editor: A origem do nome "Rio Branco" está ligada às negociações de limites que o Visconde realizou na região do Prata, especificamente no Uruguai, onde a então Vila de Artigas, defronte a Jaguarão, foi renomeada em sua homenagem. No entanto, o nome não se refere a nenhum rio local. Em 31 de agosto de 1915, a vila (cidade) anteriormente conhecida como Artigas recebeu seu nome atual pela Lei 5330. Em 1 de julho de 1953, seu status foi elevado a cidade pela Lei 11.963. Conforme a FIRJAN: o nome "Rio Branco" remete à região fronteira do Brasil, simbolizando sua atuação fundamental na definição e defesa das fronteiras nacionais. A concessão do título também refletiu a valorização do papel da diplomacia na consolidação do Império Brasileiro, consolidando Paranhos como uma das figuras mais influentes do Segundo Reinado, em um período marcado por profundas transformações políticas e econômicas. A atual cidade de Artigas fica defronte a Quaraí, RS.



Os IEDs, mudando a face da guerra

Vivaldo José Breternitz (*)



Às vezes, dispositivos tecnologicamente pouco sofisticados mudam a forma pela qual as guerras são travadas.

É o que está acontecendo agora com os drones na Ucrânia e aconteceu há não muito tempo com os IEDs (Improvised Explosive Devices, Dispositivos Explosivos Improvisados) nas guerras no Iraque e Afeganistão, envolvendo insurgentes e tropas da coalizão formada basicamente por países OTAN, majoritariamente dos Estados Unidos.

O uso de IEDs definiu o paradigma dessas guerras, transformando conflitos convencionais em guerras de atrito assimétricas e tecnologicamente desafiadoras. Embora o conceito de "minas caseiras" seja antigo, a escala e a sofisticação alcançadas nesses dois teatros de operações forçaram as potências ocidentais a repensar toda a sua doutrina de proteção e mobilidade.

Um IED é essencialmente uma arma composta por um sistema de iniciação, um detonador, uma carga explosiva e um invólucro.

No Iraque, o grande volume de munição convencional abandonado pelas tropas do antigo regime de Saddam Hussein forneceu esses materiais aos insurgentes, principalmente membros da Al-Qaeda.

Já no Afeganistão, a insurgência, basicamente o Talibã, quase sempre recorria a fertilizantes à base de nitrato de amônio para a produção da carga explosiva. Essa substância foi utilizada por um americano que detonou um carro bomba em Oklahoma em 1995, matando 168 pessoas.

Os IEDs podem ser detonados de diversas maneiras, utilizando-se, por exemplo:

- Placas de pressão: ativadas pelo peso de viaturas ou soldados;
- Comando por fio ou rádio: detonados à distância por um operador, usando dispositivos como celulares ou controles remotos de uso doméstico; e
- Sensores infravermelhos: ativados pelo calor do motor de um veículo.

No auge desses conflitos, os IEDs foram responsáveis pela maioria das baixas da coalizão. Mais do que danos físicos, essas armas geravam um terror psicológico constante: a probabilidade de que um monte

de lixo, carcaça de animal ou buraco na estrada pudesse conter uma carga mortal, reduzia drasticamente a velocidade de movimentação das tropas e eliminava a sensação de segurança.

Esse terror psicológico é compreensível: estima-se que as tropas da coalizão sofreram nesses conflitos cerca de 42 mil baixas, entre mortos e feridos, causadas por IEDs - cerca de 60% do total.

Para responder a isso, os EUA e seus aliados investiram bilhões de dólares no programa MRAP (Mine-Resistant Ambush Protected). Essas viaturas, mostradas abaixo, com seus cascos em formato de "V", foram projetadas especificamente para desviar a força da explosão para longe da cabine.



A guerra de IEDs tornou-se um jogo de "gato e rato". Quando a coalizão introduziu inibidores de sinal de rádio (jammers), os insurgentes voltaram a usar detonadores convencionais ou gatilhos mecânicos simples. Essa adaptação constante provou que, em uma guerra de guerrilha, a criatividade, de baixo custo, pode frequentemente desafiar a superioridade tecnológica, de alto custo.

O legado desses conflitos permanece na forma de veteranos com lesões físicas e psicológicas e na presença constante de unidades de engenharia dotadas de robôs antibombas em todas as frentes de combate modernas.

Esse panorama mostra como os IEDs são, não apenas armas, mas instrumentos estratégicos que moldaram o curso das guerras modernas, redefinindo a relação entre forças regulares e insurgentes.

(*) Vivaldo José Breternitz, Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas – vjnitz@gmail.com.

#####

O Dia D – O Ataque Aeroterrestre

Voltando ao livro “O Dia D – A batalha que salvou a Europa – de Antony Beevor, reeditado em 2019, um dos capítulos mais empolgantes e sangrentos antes do desembarque das tropas nas praias da Normandia é “O Ataque Aeroterrestre”.

O livro deixa claro que o Dia D não começou ao amanhecer de 6 de junho de 1944. Muito antes disso, quando as praias ainda estavam mergulhadas na escuridão, a invasão já acontecia no céu. Milhares

de homens eram lançados sobre a Normandia sem saber exatamente onde cairiam, quem encontrariam no solo ou se sobreviveriam sequer às primeiras horas daquela madrugada.

O plano aliado previa precisão quase matemática. Paraquedistas americanos e britânicos deveriam ocupar pontes, neutralizar baterias e impedir contra-ataques alemães. Mas o que se seguiu foi o oposto da ordem. Nuvens densas, fogo antiaéreo e a limitada navegação noturna espalharam aeronaves por quilômetros. Formações se romperam, pilotos perderam referências e unidades inteiras desapareceram ainda no ar.

Para ampliar a confusão, os Aliados lançaram milhares de bonecos paraquedistas explosivos. Ao tocar o solo, detonavam cargas que simulavam combate. Durante horas, tropas alemãs deslocaram-se para enfrentar uma invasão inexistente, acreditando tratar-se do esforço principal. Enquanto isso, os verdadeiros paraquedistas lutavam isolados nos campos normandos.

No solo, reinava a incerteza absoluta. Soldados tentavam se reconhecer usando pequenos dispositivos metálicos conhecidos como “pio de patos”, cujo som deveria ser respondido por aliados escondidos na escuridão. Senhas e contrassenhas eram murmuradas com tensão extrema; um erro significava morte imediata. Muitos disparos daquela madrugada vieram do medo, não da estratégia.

O drama do batalhão do comandante Otway, encarregado da bateria de Merville, sintetiza o caos. Dos cerca de 600 homens previstos, apenas 160 alcançaram o ponto de reunião. Mesmo assim, atacaram a posição alemã em combate brutal, avançando sob fogo intenso com granadas e baionetas. A vitória, improvável, nasceu da obstinação, não do planejamento.

Nem os oficiais escaparam ao acaso. O brigadeiro James Hill foi lançado quilômetros fora da zona prevista e acabou ferido na nádega esquerda por bombas britânicas. Em outro avião, um major sofreu um infarto antes do salto e permaneceu a bordo, vendo seus homens desaparecerem na noite.

Entre os americanos surgiram pequenos grupos improvisados apelidados de “**caçadores de Krauts**”, que passaram a emboscar patrulhas alemãs e cortar comunicações. Essa presença dispersa criou a impressão de que forças muito maiores já dominavam a região.

A confusão produziu efeitos decisivos. O tenente-general Wilhelm Falley, importante comandante alemão, foi morto numa emboscada ao retornar ao quartel-general. Sua morte ampliou a desorganização alemã justamente nas horas críticas da invasão.

Entre os episódios mais dramáticos estão os planadores britânicos que avançaram em silêncio absoluto para capturar as pontes sobre o canal de Caen e o rio Orne, a futura Pegasus Bridge. Sem motores, deslizando na escuridão, pousaram violentamente a poucos metros do alvo. Muitos soldados saíram atordoados do impacto e imediatamente entraram em combate corpo a corpo, surpreendendo os defensores alemães antes que pudessem reagir plenamente. Foi um dos raros momentos em que o plano funcionou quase com perfeição.

Nem todos tiveram a mesma sorte. Aviões-planadores que transportavam viaturas e equipamentos pesados desceram em campos abertos, fora das zonas preparadas, devido à péssima visibilidade noturna. Ao tocar o solo irregular, os impactos deslocaram os veículos transportados, que se soltaram das amarras e avançaram violentamente para frente, esmagando pilotos e tripulações dentro das fuselagens. Beevor descreve esses pousos como choques brutais, onde o silêncio do voo terminava em destruição instantânea.

Outras imagens permanecem quase insuportáveis. Paraquedistas presos em árvores tornaram-se alvos fáceis; alguns foram incendiados, transformando-se em tochas humanas na madrugada. Em Sainte-Mère-Église, um soldado ficou dependurado no campanário da igreja, fingindo-se de morto enquanto a

se retiraron al otro lado de este estero pantanoso, que tiene diversos promontorios en forma de islas.

Los brasileros que nos precedieron construyeron fosos y trincheras, inmediatamente, para resguardarse de los tiros de la artillería enemiga. Esto no dejó de ser criticado por algunos de nuestros militares de la escuela antigua, que hacen alarde de valor y de desprecio por la vida. En la guerra moderna hay que economizar vidas y hacerla en las condiciones menos crueles posibles.

Esto no parece ser el propósito en el ejército argentino; pues lo primero que se descuida son los preceptos higiénicos.

Estamos acampados en antiguos campamentos paraguayos, llenos de gérmenes de enfermedades contagiosas, lo que, unido a las aguas estancadas, que hay que beber, llenan los hospitales de enfermos de fiebres intermitentes, tifoideas y palúdicas. La sarna también se manifiesta y somos pocos los que escapamos a su contagio. Días pasados me encontré una ampolla blanca en la planta del pie, que la reventé, sin saber que era un pique, insecto que anida debajo de la piel y cuya extracción es peligrosa, porque si no se hace de raíz se propagaba fácilmente y puede producir serias complicaciones. Las moscas, las pulgas, los piojos y las hormigas tienen proporciones enormes; las hormigas construyen aquí y en Corrientes, grandes promontorios, donde se alojan porque en la arena no podrían construir sus ingeniosas moradas y también para defenderse de las inundaciones en los parajes anegadizos. Los mosquitos y zancudas, que también son bravos, no nos molestan mucho, porque el humo de los fogones los ahuyenta.

Las letrinas son un foco de infección: se componen de un espacio circular cerrado, por troncos de palmeras y cada uno se va acomodando como puede, con el peligro de quemarse y presenciando los estragos intestinales de los malos alimentos, de la carne flaca y cansada y del exceso de conservas. De día hace mucho calor y las noches son frescas, y hasta frías. Los hospitales carecen de medicamentos y algunos médicos administran arsénico a falta de quinina, para las fiebres; reventaremos como ratones y será lo mejor.

En la ropa interior he descubierto huéspedes incómodos y que me eran totalmente desconocidos. Tengo un soldado que, no obstante ser tuerto, lo han obligado a servir, se llama Pulido y es el más roñoso de todos; lo he mandado rapar y que diariamente lo lleve un cabo a la laguna para que lo laven con jabón y arena. En los esteros que tienen fondo de arena tomamos unos baños agradables; el agua es clara, pero dicen que hay peligro por los yacarés y los carpinchos. Se ha muerto un pobre soldado, Benítez, de la fiebre tifoidea. Nunca pude enseñarle a llevar el paso, aunque fuera del sargento, yo mismo me tomaba el trabajo de acostumbrarlo al compás. En los últimos momentos de la fiebre, cuando me vio, empezó a delirar, diciendo: "ese paso Benítez, ese paso" y echó una interjección.

En el Paso de la Patria encontré a uno de mis soldados, el único, que se me había desertado; como tenía pena de muerte, no me animé a prenderlo y lo dejé andar, sin que se apercibiera de que lo había visto.

Nos movemos con dificultad, tenemos pocos caballos, mal foraje, bueyes flacos y carretones pesados. Algunas ambulancias que tenemos, de cuatro ruedas, se entierran en la arena y en los

bañados. Creo que como medio de transporte un carro liviano de dos ruedas, y éstas no muy bajas, sería preferible, con la huella de las piezas de artillería; pero ya sé que en esto hablo de cosas ideales, puesto que con los pocos recursos que tenemos es preciso tomar lo que se encuentra más a la mano.

Siempre he pensado que en estos parajes la mula sería más práctica para la artillería que el caballo, que en estos climas cálidos está expuesto a tantas enfermedades y no será extraño que veamos a los soldados tirar de los cañones, como se efectúa tan frecuentemente en las paradas de nuestras fiestas patrias.

Nuestra caballería está casi a pie: esto es esencialmente argentino; ya el General Paz hace constar que los argentinos, en todas las batallas, se presentan con sus soldados de caballería a pie o con caballos flacos y extenuados. Es tradicional que jamás hemos podido dar alcance a los indios porque los caballos se cansaron.

La zuardla nacional, que forma la mitad de nuestro ejército esta mal armada, los fusiles son muy ordinarios, fabricación europea, pour l'exportation y a veces nos dan balas que no entran, porque no todos los calibres son iguales. Yo tengo fusiles en los que el gatillo no siempre rompe el fulminante al primer golpe, lo que he podido comprobar en las poquísimas veces que hemos tirado al blanco. Verdad es que tenemos que combatir a un enemigo que, en su mayor parte, tiene fusiles de chispa y nos opone soldados hasta de catorce años.

He podido notar que nuestros oficiales de línea no tienen, en general, una instrucción táctica muy profunda. Hay una anarquía descomunal; cada cuerpo maniobra según el capricho y la inteligencia de su jefe. La táctica de Perea, que se ha mandado observar, no se cumple, y no pocos jefes y hasta oficiales inventan movimientos propios, y así salen de ellos. Figúrate que ayer presenciamos con Garmendia uno de esos despropósitos descomunales. Manda la táctica que cuando un batallón se retire en cuadro, lo haga al paso más lento posible, porque, es natural, se supone hostilizado por la caballería. Pues bien, manda uno de nuestros jefes: "Batallón a formar cuadro" y después de formado: "Batallón en retirada, paso al trote!"

En fin, veremos como nos va; el Coronel Chenaut dice que somos unas montoneras con música y podría agregar también, que con mala música, pues fuera de la banda de artillería, que dirige Faramiñan, lo demás no se puede oír. Así y con todo, tenemos una confianza ciega en Mitre. Su talento, su valor y su previsión garanten el éxito.

En nuestras filas no hay una armonía perfecta; parece que se han formado dos bandos, uno por los jefes y oficiales orientales, que en tanto número tiene nuestro ejército y otro por el de los jefes y oficiales argentinos, que los resisten, por celos de las influencias que aquellos ejercen. No encuentro justificadas estas divisiones y espero que han de desaparecer.

Nota do editor: esta era a realidade sanitária, logística e de preparo tático dos militares argentinos no início da guerra. Chama a atenção a devoção pelo General Bartolomé Mitre.

(Próximo Texto: a Batalha de Tuyuty)

%%%%%%%%%



AMILCAR MACEDO

QUANDO A SIRENE ANUNCIA ESPERANÇA

Outro dia alguém comentou comigo que existe um som capaz de mudar o humor de uma cidade inteira: o de uma sirene de bombeiros atravessando o trânsito. Não é exagero. Quem já passou por uma situação de risco sabe que, antes mesmo de enxergar o caminhão, surge uma sensação difícil de explicar. É como se, por alguns instantes, o medo perdesse espaço para a certeza de que alguém veio ajudar.

Talvez seja por isso que o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul ocupe um lugar tão particular no imaginário gaúcho. Não se trata apenas de uma instituição pública. Trata-se de uma presença. De algo que aparece justamente quando tudo parece sair do controle.

A história começa em 1º de março de 1895. Porto Alegre ainda era uma cidade em formação, com construções vulneráveis e incêndios capazes de destruir quarteirões inteiros. Dezesete homens aceitaram a tarefa de enfrentar esse risco permanente. Tinham poucos recursos, equipamentos simples e muita improvisação. O que havia em abundância era disposição. Alguém precisava agir, e eles decidiram ser esses alguém.

Com o tempo, aquela pequena companhia cresceu junto com o Estado. Durante décadas, os bombeiros estiveram integrados à Brigada Militar, compartilhando rotinas, treinamento e uma cultura marcada pela disciplina e pela prontidão. A autonomia administrativa conquistada em 2014 apenas formalizou algo que a sociedade já percebia havia muito tempo: os bombeiros tinham identidade própria, construída na confiança cotidiana da população.

Hoje, quando se fala em Corpo de Bombeiros, muita gente pensa apenas no combate a incêndios. Mas a realidade é bem mais ampla. Há resgates em rodovias, buscas em áreas rurais, salvamentos aquáticos, atendimento a vítimas de acidentes e, sobretudo, um trabalho silencioso que raramente vira notícia: a prevenção.

Cada vistoria realizada, cada orientação técnica, cada exigência de segurança cumprida representa um problema que deixou de acontecer.

Os momentos de grande tragédia, contudo, revelam com mais clareza o tamanho dessa missão. As enchentes de 2024 ficaram gravadas na memória coletiva do Rio Grande do Sul. Em várias cidades, o cenário era de perda absoluta. Casas submersas, famílias separadas, incerteza por todos os lados. Foi então que imagens passaram a se repetir: bombeiros avançando pela água, ajudando idosos a sair de casa, carregando crianças, retornando inúmeras vezes ao mesmo local. Não havia discursos ali, apenas trabalho.

Talvez resida aí a razão do respeito quase imediato que a figura do bombeiro desperta. Em tempos nos quais tantas instituições são questionadas, a presença deles continua associada a algo simples e direto: ajuda concreta. Não há distância, não há formalidade excessiva. Há alguém chegando porque alguém precisa.

Celebrar o aniversário do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul é, no fundo, reconhecer essa história construída longe dos holofotes. A maior parte das ocorrências jamais será lembrada publicamente. Permanecem apenas nas conversas de família, nos agradecimentos silenciosos e na memória de quem voltou para casa depois de um dia que poderia ter terminado diferente.

No fim das contas, a confiança social nasce dessas experiências discretas. Não de grandes discursos, mas de gestos repetidos ao longo do tempo. E há uma certeza que atravessa gerações em cada cidade gaúcha: quando a sirene ecoa, não chega apenas um veículo de emergência.

Chega o socorro.

Chega alguém disposto a servir.

E, quase sempre, chega também a esperança.

Amílcar Fagundes Freitas Macedo

Pedro Álvares Cabral e a debacle da Ciência no século XXI

[(artigo publicado na edição de dezembro de 2025 do Movimento de Solidariedade Ibero-Americana (MSIA))

GERALDO LUIS LINO*

Dois físicos brasileiros, Carlos Chesman, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e Cláudio Furtado, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), estão contestando o local historicamente aceito da chegada da frota de Pedro Álvares Cabral (imagem abaixo) ao Brasil, em abril de 1500, nas proximidades da atual Porto Seguro (BA). O novo local proposto situa-se a 1.800 km de Porto Seguro, no litoral do Rio Grande do Norte, entre os atuais municípios de Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso e Pedra Grande.



O artigo com o qual desafiam cinco séculos de História registrada ("Scientific data in Pero Vaz de Caminha's letter") foi publicado na edição online do Journal of Navigation, publicação da Universidade de Cambridge, em 8 de setembro de 2025. Como o acesso ao texto é pago, sendo liberados apenas o resumo (Abstract) e as referências bibliográficas, recorreremos às informações fornecidas pelos autores à mídia nacional para conhecer os seus argumentos, que se baseiam em um tratamento "matemático" da célebre carta de Pero Vaz de Caminha (abaixo) ao rei D. Manuel.



Em entrevista ao jornal O Globo de 26 de novembro, Chesman afirmou:

"Nós catalogamos todos os números da carta de Caminha e começamos a comparar com o que a física pode dizer sobre ventos, correntes e rotas de navegação naquele período".

De acordo com seu colega Furtado, quando as informações da carta do escrivão da frota de Cabral são inseridas em simulações que consideram a rotação da Terra, as correntes oceânicas e os ventos dominantes no Atlântico, a rota mais provável leva ao litoral potiguar.

Ocorre que a carta de Caminha cita apenas registros de profundidades do mar feitos na aproximação final do litoral, e os audaciosos pesquisadores deixaram de lado as outras duas fontes primárias disponíveis sobre a chegada da frota, que mencionam medições específicas da latitude do local. A carta de Mestre João Faras, médico e astrônomo da frota, registra "dezessete graus ao sul" do equador, e a do chamado Piloto Anônimo, "dezesseis graus e meio" valores consistentes com a latitude de Porto Seguro - 16°27'S.

Na verdade, ambas as medições foram feitas por Mestre João, o cronista anônimo apenas citou uma delas. De qualquer maneira, o registro consta de pelo menos uma das fontes bibliográficas citadas pelos autores, o conhecido livro de Eduardo Bueno, A viagem do descobrimento.

Para qualquer pesquisador sério, é inconcebível que os navegadores portugueses, que percorriam o Atlântico há décadas com o auxílio de instrumentos como quadrantes, balestilhas e astrolábios, capazes de medir latitudes com precisão de meio grau, pudessem cometer tal erro grosseiro de mais de 11 graus de latitude.

No caso, não é crível que as evidências factuais registradas por testemunhas presenciais qualificadas sejam contestadas por modelos matemáticos posteriores, por mais sofisticados que sejam. Assim, surpreende que autores que consideraram em seu modelo até mesmo o Efeito de Coriolis (deflexão de trajetórias retilíneas pela curvatura da Terra) tenham ignorado de forma tão gritante evidências elementares contrárias à sua hipótese.

E, não menos, que tal fato não tenha sido percebido pelos pareceristas (peer reviewers) de uma revista científica especializada em navegações, os quais deveriam possuir um conhecimento mínimo do assunto ou, pelo menos, desconfiar de uma divergência de tal magnitude com um registro histórico.

Ademais, se tivessem tido pelo menos a curiosidade de consultar Mestre João, os autores teriam encontrado o seguinte trecho:

"Quanto, senhor, ao sitio desta terra mande vossa alteza trazer um mapa-múndi que tem Pêro Vaz Bisagudo e por aí poderá ver Vossa Alteza o sítio desta terra; porém aquele mapa-múndi não certifica esta terra ser habitada ou não; é mapa-múndi antigo e ali achará Vossa Alteza escrita também a Mina [litoral do Golfo da Guiné entre as atuais Gana e Nigéria]".

Ou seja, o mapa de Bisagudo, que era "antigo", registrava a localização da nova terra, demonstrando que os lusos já a conheciam de algum tempo, o que é consistente com o que se sabe ou se pode deduzir sobre as suas navegações no século XV.



Outra evidência desse conhecimento vem do navegador e cartógrafo Duarte Pacheco Pereira, que, em seu Livro de 1505, *Esmeraldo de situ orbis*, escreveu:

"(...) Como no terceiro ano de vosso reinado do ano de Nosso Senhor de 1498, donde Vossa Alteza nos mandou descobrir a parte ocidental, passando além da grandeza do Mar Oceano [Atlântico), onde é achada e navegada uma tão grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela, que se estende a setenta graus de ladeza [latitude] da linha equinocial contra o polo ártico e, posto que seja assaz fora, é grandemente povoada, e do mesmo círculo equinocial torna outra vez e vai além em vinte e oito graus e meio de ladeza contra o polo antártico, e tanto se dilata em sua grandeza e cor-re com muita lonjura, que de uma parte nem da outra foi visto nem sabido o fim e cabo dela. (...)"

Traduzindo: antes da missão de Cabral, os portugueses já tinham conhecimento da extensão continental da futura América, tendo-a navegado pelo menos entre as latitudes de 70°N (Terra Nova) e 28°30'S (Santa Catarina), e sugerindo que ela se estendia para muito além de ambos os pontos.

Assim, o desvio da expedição de Cabral ao Brasil em seu caminho para a Índia nada teve de casual, mas foi parte de um meticuloso plano para oficializar o domínio português sobre o seu pedaço da futura América.

Salta aos olhos que tal conhecimento não resultou de uma única expedição, mas de um esforço exploratório de décadas, o que permitiu a Portugal negociar termos favoráveis no Tratado de Tordesilhas assinado com a Espanha em 1494, assegurando previamente domínio de boa parte do futuro território brasileiro. O tratado foi assinado após a primeira viagem de Cristóvão Colombo à América, em 1492. Sintomaticamente, Colombo, cujas reais origem e

identidade ainda são motivo de controvérsias, adquiriu o seu notório conhecimento de navegações no Atlântico em mais de uma década de expedições com os portugueses.

De fato, desde a década de 1420, então, sob a liderança do Infante Dom Henrique, filho do rei D. João I e governador da Ordem de Cristo, sucessora lusitana dos Templários, Portugal deslanchou um audacioso plano de exploração marítima, com motivações políticas econômicas, científicas e espirituais, fulcro inicial da formação do vasto Império Português, que se estenderia por quatro continentes. O esforço consistiu em um programa de inovações tecnológicas, científicas e organizacionais, aplicado a expedições sistemáticas, algo inusitado no mundo ocidental, ainda mais notável para um país com pouco mais de um milhão de habitantes.

No âmbito mundial, apenas a China da dinastia Ming (com 100-120 milhões de habitantes) desenvolveu capacidades semelhantes, evidenciadas pelas grandes viagens do almirante Zheng He entre 1405 e 1433, cada uma com centenas de navios, pelos oceanos Pacífico e Índico, chegando até a África. Muitos deles eram bem maiores e mais avançados que os navios europeus da época, sendo, por exemplo, construídos com compartimentos estanques, técnica que seria adotada no Ocidente apenas no século XIX. No entanto, após a última, a perda de apoio político levou o encerramento das viagens marítimas, ao desmantelamento da frota e à destruição de quase toda a documentação oficial a seu respeito por ironia histórica, exatamente quando Portugal dava os primeiros passos no que viriam a ser as Grandes Navegações europeias.

Com o estabelecimento de uma eficiente estrutura de gestão, o aprimoramento da instrumentação para navegação astronômica, a introdução da caravela e sua grande capacidade de navegação contra o vento, o aperfeiçoamento da cartografia matemática e o reconhecimento detalhado das correntes marítimas e regimes de ventos, Portugal converteu o Oceano Atlântico em um vasto laboratório experimental e, nas últimas décadas do século XV, já detinha um conhecimento preciso dos seus limites e das rotas necessárias para singrá-lo em todas as direções.

Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, em 1500, quadro de Oscar Pereira da Silva (Wikipedia)

Em síntese: os navegadores da frota de Cabral sabiam se orientar muito bem no Mar Oceano e eram herdeiros de uma tradição de autêntico espírito científico, com a qual pesquisadores atuais adeptos de modelos teóricos que desconsideram evidências empíricas fariam bem em se familiarizar e assimilar.

Declínio científico

A rigor, as falhas dos pretensos revisores históricos se enquadram no contexto da grave crise da Ciência no século XXI, em grande medida, institucionalizada em estruturas de interesses autorreferenciados e exclusivistas, e alheias à sua missão precípua da busca da verdade.

Em lugar disso, prevalece uma ênfase nos números de artigos publicados e citações, o financiamento de pesquisas vinculadas às tendências favorecidas por agendas políticas e econômicas (caso típico da agenda climática), notoriedade, publicidade e outras vantagens institucionais e individuais. Um quadro que favorece um afrouxamento dos critérios de pesquisa,

da revisão por pares e até mesmo a proliferação de pesquisas fraudulentas e a publicação de seus resultados.

Em seu livro seminal *The Psychology of Totalitarianism (A psicologia do totalitarismo)*, Mattias Desmet, professor de Psicologia Clínica da Universidade de Ghent (Bélgica), analisa a autêntica epidemia de fraudes constatada na prática científica nas últimas décadas. Uma pesquisa feita em 2009 por Daniele Fanelli, professor da London School of Economics, citada por ele, constatou que 72% dos pesquisadores consultados anonimamente admitiram uma disposição para distorcer os resultados de suas pesquisas. Outro levantamento, em 2021, revelou 50% de acadêmicos consultados admitindo que, às vezes, apresentavam seus resultados de uma maneira tendenciosa.

A sentença de Desmet é contundente: como qualquer discurso dominante, o discurso científico atual tornou-se o instrumento privilegiado do oportunismo, mentira, logro, manipulação e poder.

Se pudessem ser confrontados com trabalhos como o dos seus pretensos contestadores, talvez, os navegantes do tempo de Cabral não poderiam concordar mais.

* Geraldo Luís Lino (abaixo) é geólogo, especializado na aplicação de estudos geológicos a projetos de engenharia civil e avaliações de impactos ambientais. É fundador e diretor do Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIa) e co-autor dos livros *Máfia Verde 2: ambientalismo, novo colonialismo* (2005) e *A hora das hidrovias: estradas para o futuro do Brasil* (2008).



Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EM Veterano, Presidente da AHIMTB/RS (lecaminha@gmail.com);

Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br; Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br;

Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE -Delegacia Heróis de Guararapes: <http://historiapatriota.blogspot.com>